

OS GENERAIS DITADORES (1964-1985) COMO PRESIDENTES DE HONRA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Ivan Rodrigo Trevisan ¹

Resumo: Este trabalho procura analisar as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e os chefes de Estado da ditadura civil militar (1964-1985), sobretudo através do título de Presidentes Honorários da Instituição concedido aos chefes de Estado quando no exercício dos seus mandados, conforme previsto nos estatutos do Instituto. Através da análise desta relação, verificar elementos subjetivos que configurem uma postura e um posicionamento político do Instituto diante destes chefes de Estado e da própria ditadura.

Palavras-Chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; ditadura civil militar; regime ditatorial.

THE DICTATOR GENERALS (1964-1985) AS HONORARY PRESIDENTS OF THE BRAZILIAN GEOGRAPHIC AND HISTORICAL INSTITUTE

Abstract: This work aims at analyzing the relations established between the Brazilian Geographic and Historical Institute (IHGB) and the heads of state of the military dictatorship (1964-1985), mainly by the title of Honorary Presidents of the Institution which were given to the heads of state during their term of office, as planned in the Institute status. By examining such relationship, it is intended to verify the subjective elements that configure a political stance and position of the Institute concerning the heads of state and the dictatorship.

Keywords: Brazilian Geographic and Historical Institute; military dictatorship; dictatorial regime.

* Esse artigo é resultado da dissertação de mestrado defendida em 2017 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A pesquisa teve o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ Doutorando em história na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

E-mail: ivanrtrevisan@gmail.com

Introdução

Fundado durante a primeira metade do século XIX, em 1838, nos “braços” do Estado monárquico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) teve, desde o seu início e ao longo da sua história, uma relação próxima com o Estado, sobretudo pelo título de Presidentes Honorários da Instituição concedidos aos chefes de Estado, conforme previsto nos seus estatutos.

Criado por membros pertencentes à burocracia do Estado monárquico, decidiu o Instituto solicitar a “proteção” do Imperador Dom Pedro II à Instituição, sendo criada então uma classe de sócios com o título de “Presidentes Honorários” da Instituição que deveria ser conferida “aos Príncipes da Família Imperial Brasileira, e aos soberanos e príncipes estrangeiros” (RIHGB, 1841: 247). Com a queda da Monarquia e a proclamação da República, em 1889, o título de Presidentes Honorários do Instituto seria redirecionado aos “Presidentes da República”, em uma adaptação dos estatutos do Instituto ao novo contexto político republicano (RIHGB, 1890: 630).

Assim, passou a determinar o regimento interno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no artigo 4º dos seus estatutos, que o título de Presidentes Honorários do Instituto deve ser concedido aos chefes de Estado quando no exercício dos seus mandatos.

O título funcionou ao longo da história do Instituto como um meio de aproximação e um ponto de encontro entre a Instituição e o Estado, na figura dos seus chefes que, em sua grande maioria, compareceram aos salões do Instituto para tomarem posse como seus Presidentes Honorários, comprometendo-se em “promover o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente os seus estatutos” (RIHGB, 1964: 313), de acordo com os seus juramentos de posse. A tradição e a praxe de conceder a Presidência Honorária da Instituição aos chefes de Estado configurou uma relação e simbolizou a proximidade entre o Instituto e o Estado brasileiro.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os generais que assumiram como chefes de Estado durante a ditadura civil militar (1964-1985) através do título de Presidentes Honorários da Instituição concedidos aos chefes de Estado do regime ditatorial.

Utilizamos aqui o conceito de Ditadura civil militar para nos referirmos ao regime ditatorial vigente entre os anos de 1964 e 1985. Este conceito encontra-se no centro da discussão enquanto a síntese do esforço historiográfico para compreender o papel dos elementos civis tanto no golpe quanto durante o regime ditatorial. Inúmeros historiadores e pesquisadores têm insistido na necessidade de aprofundarmos os nossos estudos e pesquisas sobre a sociedade civil durante a vigência do período ditatorial em nosso país.

Em *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, o historiador Daniel Arão Reis nos indaga se a partir do pressuposto (construído, segundo o autor, ao longo do período de redemocratização do país) de que a sociedade esteve majoritariamente contra a ditadura, e logo “resistiu a ela”, como explicar que tenha sido aprovada uma lei de anistia recíproca? Como explicar as estruturas de poder (políticas e econômicas) fortalecidas durante o período ditatorial permanentes no período democrático? Essas são algumas questões que devem ser respondidas por aqueles que buscam o aprofundamento da compreensão sobre o período, percebendo as continuidades em um processo marcado mais por permanências (“cultura autoritária”) do que por rupturas (processo de transição para a democracia), para quem a ditadura não foi um “raio em um céu azul” (REIS, 2014).

Carlos Fico em *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, embora ressalte a predominância dos militares no comando do Estado, também critica uma determinada “memorialística” que se formou a partir das primeiras versões sobre a ditadura contadas por indivíduos envolvidos diretamente naquele processo. Dentre estas construções da memória estaria a de que a sociedade como um todo teria sido apenas vítima da ditadura, ignorando todo o apoio da imprensa, de setores da igreja e da classe média ao golpe (FICO, 2004). Assim criaram-se alguns “mitos” sobre a ditadura no Brasil, como a separação - ou a desvinculação - da ditadura com a sociedade civil, em um processo de reconstrução da memória onde o esquecimento funciona como elemento central para o ocultamento da participação de diversos setores da sociedade civil na ditadura.

Essa reformulação da memória - em função de objetivos do tempo presente - não se trata de uma exclusividade do caso brasileiro, mas um processo recorrente em sociedades que passaram por regimes autoritários. Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, em comparação com a revisão historiográfica sobre o fascismo nas décadas de 1970 e 1980, ressaltam que o principal problema dessas interpretações foi o de “não ter compreendido os

regimes autoritários como produto social”, obscurecendo o apoio de amplos setores sociais ao golpe e mesmo a manutenção do regime. Para as autoras, ao omitirmos o adjetivo civil das expressões consagradas “golpe militar”, “ditadura militar”, “absolvemos toda a sociedade” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011). No entanto, não trata-se de minimizar a responsabilidade dos militares pelas atrocidades cometidas durante aquele período, muito menos ignorar os interesses de classe e os setores políticos e econômicos beneficiados pela ditadura, mas antes de verificar os traços de uma cultura autoritária presente em nossa sociedade e que perpassa ao longo do tempo por diferentes regimes políticos, a partir de uma compreensão relacional entre estado e sociedade, dialética, recíproca, e não “desvinculada”².

Os regimes autoritários - como no caso brasileiro - contaram com o apoio de significativas parcelas da sociedade, e buscaram através da propaganda, da coerção e da repressão a adesão e a criação de consenso entre os setores da população. Categorias como as de cooperação, coerção, consenso e negociação³ nos ajudam a compreender as relações entre a sociedade, os militares e os civis que ocupavam postos de poder naquele período. Nesse sentido, o conceito de ditadura civil militar torna-se fundamental na busca de evidenciar as complexas relações estabelecidas entre a ditadura e os diferentes segmentos, instituições, movimentos, organizações e indivíduos da sociedade civil.

Este trabalho utilizou como fontes, além da bibliografia sobre o Instituto, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), publicada trimestralmente desde a fundação do Instituto até os dias atuais. Foram analisados os exemplares referentes ao período correspondente à vigência da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) - todos disponíveis no sítio digital do Instituto.

² Compartilhamos da compreensão teórica de Moshe Lewin para analisar as relações entre estado e sociedade: “A habitual antítese Estado *versus* sociedade é talvez inadequada quando se deseja estudar as relações entre ambas as coisas. Caso se aceite a hipótese de os Estados, mesmo arbitrários, serem parte de um todo mais amplo e que o fato de permanecerem arbitrários produzirá resultados catastróficos, é preciso elaborar um conceito de Estado que dê margem ao estabelecimento de conexões entre a área política e as demais áreas da vida social” (1988 apud ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011: 9).

³ Importante ressaltar que essas relações não se limitavam a resistência ou cooperação com o regime, conforme demonstra Rodrigo Patto Sá Motta, ao analisar a atuação da ditadura nas universidades, acrescentando o elemento de acomodação para designar aqueles professores universitários que se mantinham alheios as disputas políticas na tentativa de preservarem as suas carreiras acadêmicas, enquanto pares seus resistiam à ditadura – muitas vezes sofrendo expurgos – e outros aderiam abertamente ao regime (MOTTA, 2014).

O IHGB, Sua Gênese

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se deu a partir das sessões nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no ano de 1838, quando o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos apresentaram ao Conselho a proposta de criação de um Instituto Histórico e Geográfico, proposta aprovada unanimemente em assembleia⁴. Os objetivos iniciais da instituição estabelecidos no Art. 1º do Estatuto de 1838 seriam de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil” e a sua “missão institucional” teria como finalidade “preservar a cultura nacional, estimular estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos à sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional”⁵ (RIHGB, 1856: 05).

A criação do IHGB deve ser pensada em sintonia com os institutos históricos estrangeiros fundados no contexto de consolidação dos estados nacionais. Esses Institutos eram encarregados de sistematizar o passado e a memória dessas nações forjando uma identidade comum entre os seus membros. A elaboração de uma memória seletiva e idealizada do passado por parte desses institutos auxiliava na consolidação dos estados nacionais e na legitimação do poder central. Neste sentido, nação e história estavam intimamente ligadas no processo de criação de identidades no final do século XIX (CALLARI, 2001).

A análise da formação inicial do seu quadro social revela a proximidade da Instituição com o Estado monárquico, sendo formado majoritariamente por membros oriundos da burocracia estatal e de importantes cargos políticos da época⁶. O Instituto

⁴ “No dia 21.10.1838, às 11h, reunidos no salão da SAIN, os 27 sócios fundadores, sob a presidência do mal. Francisco Cordeiro da Silva Torres, presidente daquela Sociedade, declararam fundado o IHGB e elegeram, para servirem interinamente, até a aprovação dos estatutos: presidente, o Visconde de São Leopoldo; 1º Secretário - o cônego Januário da Cunha Barbosa, e 2º Secretário, o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia” (IHGB, 2016a).

⁵ “Principalmente aquellas que, versando sobre a História e a Geographia do paíz devem ministrar grandez auxílios à pública administração e ao *esclarecimento* de todos os brasileiros” (RIHGB, 1856: 05).

⁶ Dentre os fundadores do Instituto oriundos da burocracia estatal, podemos destacar membros da Contadoria Geral do Tesouro, da Secretaria dos Negócios do Império e da Junta de Comércio, deputados, procuradores, desembargadores e diplomatas, militares de carreira e professores e membros da administração estatal. Entre os sócios com títulos de nobreza que ingressavam nos quadros do IHGB encontram-se Viscondes, Barões e

Histórico e Geográfico Brasileiro era composto basicamente por membros da elite letrada e política do Brasil Imperial, o que demonstra sua intrínseca relação\formação com o Estado brasileiro desde a sua gênese (FERREIRA, 2010).

O IHGB e seus presidentes honorários

Um ano após a sua inauguração, em 1839, o IHGB decide declarar o Imperador como “protetor” da Instituição, sendo encaminhada uma comissão chefiada por José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, primeiro Presidente do IHGB, para comunicar o jovem monarca o intuito do Instituto de solicitar a sua “proteção”, sendo prontamente atendidos pelo jovem monarca, que naquele momento não havia ainda sido nomeado Imperador. O comunicado feito pessoalmente revela a acessibilidade e a proximidade que os membros fundadores do IHGB tinham com a Família Real e com o Imperador (RIHGB, 1839: 6).

No entanto, era preciso regular a matéria nos estatutos da Instituição, mudança que ocorreu no ano de 1841, quando é proposta e aprovada por unanimidade a criação de uma nova categoria de sócios: os Presidentes Honorários da Instituição, a ser conferida aos Príncipes da Família Imperial Brasileira e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros, a quem o Instituto dirige e deseja essa contemplação:

Entrou em discussão a seguinte proposta da Comissão de Estatutos – que se crie uma nova classe de sócios com o título de Presidentes Honorários, que será unicamente conferido aos Príncipes da Família Imperial Brasileira, e aos Soberanos e Príncipes estrangeiros com quem o Instituto queria ter essa contemplação. – Foi aprovada, e deliberou o Instituto que em observância do artigo 42 dos Estatutos o Sr. Secretário levasse quanto antes ao conhecimento do Governo Imperial o novo artigo aditivo (RIHGB, 1841: 247).

Em documentação pública do IHGB, referente à história da Instituição, consta que o título de Presidentes Honorários da Instituição foi criado devido à necessidade de “dispor, em seu Estatuto sobre o lugar de honra que deveria caber em seu organograma, aos

Marqueses. O seu primeiro presidente, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1838-1847) o Visconde de São Leopoldo, ocupava os cargos de conselheiro de Estado e senador (IHGB, 2016b).

príncipes da Família Imperial brasileira e aos soberanos e príncipes estrangeiros”, a quem, “no exercício de sua alta representação cultural, quisesse distinguir” (IHGB, 2015).

O título de Presidente de Honra e de protetor da Instituição estabeleceu um vínculo e uma relação política e institucional entre a Instituição e o Imperador\Império que se mostraria profícua e, sobretudo necessária à Instituição. Dom Pedro se faria frequentador assíduo das sessões do IHGB, sendo também o principal financiador das atividades realizadas pela Instituição, obviamente com verbas oriundas do Estado monárquico.

Com a queda da Monarquia, o Instituto teve que rever os seus conceitos e objetivos historiográficos bem como o seu lugar e sua função na sociedade. Dependentes majoritariamente de verbas estatais, o Instituto necessariamente teria de dialogar com a nova elite dirigente que dirigia o país. Por uma questão estratégica de sobrevivência, o IHGB teve que se remodelar e se adaptar aos novos tempos advindos com a República, sobretudo no que tange a sua relação com os novos dirigentes da nação.

A reforma ocorrida nos estatutos da Instituição em 1890 sinaliza uma adaptação aos novos tempos advindos com uma nova ordem política após a proclamação da República: a categoria de Presidentes Honorários do Instituto, antes dedicada a príncipes e soberanos da Família Imperial Brasileira, passou a ser destinada ao “Presidente da República e a chefes de Estado estrangeiros”. A mudança está registrada nas atas da primeira Sessão Ordinária ocorrida no dia 1 de março de 1890, na qual consta a nova categoria:

O Instituto História e Geográfico Brasileiro se comporá: de Sócios efetivos, de Sócios Correspondentes, de Sócios honorários, de Sócios Beneméritos. Além do Título de Sócio Protetor, que compete ao S. Dom Pedro de Alcântara, haverá também uma classe de sócios com o título de Presidentes Honorários, o qual poderá ser conferido unicamente ao chefe de estado e aos chefes de outras nações (RIHGB, 1890: 630).

Como estratégia de aproximação da esfera governamental e da elite dirigente republicana, o título de Presidentes Honorários do Instituto dirigidos aos chefes do poder executivo certamente foi exitoso. Com a exceção de Floriano Peixoto, todos os chefes de Estado da Primeira República assumiram a Presidência honorária do IHGB: Deodoro da Fonseca (1891), Prudente de Moraes (1894), Campos Sales (1899), Rodrigues Alves (1902), Afonso Pena (1907), Nilo Peçanha (1909), Hermes da Fonseca (1911),

Wenceslau Braz (1915), Epitácio Pessoa (1919), Artur Bernardes (1923), Washington Luís (1927)⁷.

Quatro anos após tomar o poder, em 1934, Getúlio Vargas também foi agraciado com o título de Presidente Honorário do Instituto. Eurico Dutra assumiu em 1947, Café Filho e Juscelino Kubitschek em 1961, Castelo Branco em 1964, Costa e Silva em 1967, Garrastazu Médici em 1970, Ernesto Geisel em 1974, João Figueiredo em 1978, José Sarney em 1987, Fernando Collor em 1991 e Fernando Henrique em 1999⁸ (IHGB, 2016c).

O título de Presidentes Honorários da Instituição, iniciada desde a sua fundação com a proteção do Imperador Dom Pedro II, adaptada em seus estatutos e direcionada aos chefes de Estado durante a República e seguida como categoria honorífica durante todo o século XX, serviu como ponto de encontro e de acesso entre o IHGB e o Estado brasileiro, delineando a relação e a proximidade do Instituto com a esfera estatal ao longo da sua história.

Os generais como presidentes de honra do instituto

Como vimos no item anterior, todos os chefes de Estado da ditadura civil militar (1964-1985) compareceram ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para tomarem posse como seus Presidentes de Honra. Nestas cerimônias de posse, foram pronunciados discursos de membros do Instituto e dos chefes de Estado que receberam o título de Presidentes Honorários da Instituição.

Nos pronunciamentos realizados por parte do IHGB, através dos seus oradores oficiais ou dos seus presidentes nestas ocasiões, estão presentes elementos subjetivos referentes às biografias e trajetórias políticas e pessoais desses chefes de Estado e menções ao contexto histórico e a conjuntura política daquele momento, configurando-as em posicionamentos e concepções políticas expressadas e assumidas em nome da Instituição. É necessário ressaltar que, quando um membro do Instituto pronunciava-se, na posição de orador oficial ou presidindo a entidade nestas ocasiões, estava representando e falando em

⁷ Com base no levantamento realizado por Célia da Costa, chefe da Hemeroteca do Instituto (IHGB, 2016c).

⁸ Segundo nota, o Instituto está no aguardo do Planalto para investidura do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

nome da Instituição, o que implica em um posicionamento institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Com a reforma dos estatutos realizada no ano de 1965 a indicação à Presidência Honorária do Instituto passou a exigir a aprovação majoritária dos seus sócios, mediante processo de indicação e de votação sigilosa. Conforme o Art. 4º da reforma:

O título de Presidente Honorário somente será concedido por deliberação de Assembleia-Geral, em escrutínio secreto, a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favoráveis quatro quintos dos votos apurados (RIHGB, 1965: 292).

Essa reforma marcou uma inflexão nos estatutos do Instituto no que se refere à categoria de Presidentes Honorários da Instituição: pela primeira vez a nomeação dos chefes de Estado à Presidência de Honra do Instituto passaria pelo crivo dos seus sócios, e não mais como uma indicação “automática” dos chefes de Estado à Presidência Honorária da Instituição, como havia ocorrido ao longo de toda a sua história. A mudança estatutária pode indicar a existência de possíveis divergências entre os membros do Instituto quanto à nomeação dos chefes de Estado do regime ditatorial à Presidência Honorária da Instituição. O caráter sigiloso e a necessidade da ampla maioria dos votos serem favoráveis às indicações também nos dão indícios nesse sentido. A partir da reforma, nem todos os sócios do Instituto estariam comprometidos com a indicação dos chefes de Estado da ditadura à Presidência de Honra do Instituto.

O Artigo 5º, seguinte da mesma reforma, parece corroborar com a tese de possíveis divergências entre os sócios do IHGB quanto à nomeação dos chefes de Estado da ditadura à Presidência Honorária do Instituto ou mesmo com relação aos pronunciamentos \ posicionamentos com tendências favoráveis às biografias pessoais e políticas desses chefes de estado ou ao regime ditatorial do qual eram a autoridade máxima. Conforme o artigo: “os sócios não respondem, direta ou subsidiariamente, pelos atos praticados em nome do Instituto” (RIHGB, 1965: 292).

Os elementos e fatores políticos presentes nos discursos pronunciados em referências aos chefes de Estado da ditadura, certamente tencionavam o suposto distanciamento da Instituição dos assuntos de ordem política, disputas político-partidárias e questões do tempo presente.

Castelo Branco

No mesmo ano do golpe e da destituição do presidente João Goulart, o Instituto já indicou o primeiro chefe de Estado do regime ditatorial, o marechal Humberto Castelo Branco à Presidência Honorária da Instituição. A indicação feita pelo secretário Virgílio Correia Filho e subscrita por 46 sócios não dependia de votação para ser aprovada (conforme determinava o artigo 29º dos estatutos) e assim foi declarada pelo embaixador do Instituto José Carlos de Macedo Soares:

Ao congratular-se com o instituto por ter proclamado as qualidades intelectuais e morais de quem bem merece a homenagem especial que lhe prestou a centenária instituição, ao admiti-lo em seu convívio, como presidente honorário (RIHGB, 1964: 262, 264).

Conforme registrado naquela ocasião, o general Jaguaribe de Mattos em “eloquente comentário” sobre a “expressiva decisão” da indicação do marechal Castelo Branco, “realçou-lhe a significação que distinguiu douto cultor das letras históricas e cidadão que sabe cumprir as normas do dever, com admirável integridade” (RIHGB, 1964: 264). Segundo o orador oficial do Instituto naquela ocasião, professor Pedro Calmon, “se hoje não recebesse o Instituto como o seu Presidente, recebê-lo-ia amanhã como um dos seus mais distintos consócios” (RIHGB, 1964: 285).

O marechal Castelo Branco foi empossado Presidente Honorário do Instituto no ano de 1964, em uma cerimônia nos salões do Instituto que, além de contar com a presença do próprio chefe de Estado, teve a presença do chefe da Casa Civil do seu governo, ministros de Estado, generais, almirantes e brigadeiros, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, deputados e embaixadores. Na ocasião, foram pronunciados discursos dos oradores oficiais do IHGB e do próprio Castelo Branco (RIHGB, 1964: 314).

Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, faria questão de ressaltar que a indicação de Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto havia sido aprovada por “unanimidade do plenário” (RIHGB, 1964: 284), estranhamente, pois a indicação do chefe de Estado à Presidência de Honra do Instituto antecede a reforma que previa a votação e a aprovação de Presidentes Honorários. Talvez tenha sido uma tentativa de dar maior

legitimidade à nomeação de Castelo Branco à Presidência Honorária da Instituição, e não como uma indicação “automática”, prevista nos estatutos do Instituto.

Após a breve introdução, Pedro Calmon dirigiu-se ao chefe de Estado, Castelo Branco, para explicar-lhe que a homenagem do Instituto destinava-se “não somente ao dirigente do País”, mas teve, “sobretudo em vista o cidadão, investido numa hora grave da existência nacional do difícil encargo de governá-lo com equilíbrio e autoridade”. Segundo o orador, a “função simbólica” destinada ao “Presidente da República”, queria “realçar, em face do País, as virtudes do militar irrepensável que numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria” (RIHGB, 1964: 284). Diante de tal afirmação, caberia perguntar: estaria Pedro Calmon se referindo à destituição do presidente João Goulart e a instauração de um regime político de viés autoritário como sinônimos de “reerguimento da pátria”?

Para além dos elogios à biografia de Castelo Branco, a compreensão de Calmon de que o país passava por um momento de “grave existência nacional”, e do “difícil encargo de governá-lo com equilíbrio e autoridade” e de que Castelo Branco estivera à frente do “reerguimento da Pátria” (em 1964), nos evidenciam algumas concepções políticas e subjetivas do orador oficial do Instituto. Naquela ocasião, indubitavelmente Pedro Calmon estava se referindo a nova ordem política estabelecida a partir do golpe de Estado que destituiu da presidência da República João Goulart, o que, na sua concepção política, era sinônimo de “reerguimento da Pátria”. Porém, logo a seguir, Pedro Calmon procurou se eximir ou precaver-se de qualquer posicionamento ou julgamento com relação ao governo de Castelo Branco, sob a justificativa e a compreensão do necessário distanciamento histórico para a avaliação do seu governo:

O julgamento do seu governo pertencerá à posteridade. Dar-nos-á ela a perspectiva indispensável à serena sentença do historiador, que repara com documento a injustiça, completa com a informação a narrativa, descreve com a imparcialidade o fato, interpreta com a confissão a consciência e ajuíza com a verdade o comportamento, desagravando a honra, premiando o mérito, destacando as qualidades, indicando os serviços em seu honesto ofício de substituir pelo definitivo o provisório, tão precários são os conceitos do dia comparados ao veredito das gerações. Mas as coordenadas que nos ajudarão a compreender esse governo e a interpretar a personalidade de V. Exa. Sr. Presidente, aí estão compostas pela sua biografia (RIHGB, 1964: 284).

A exaltação dos aspectos biográficos do chefe de Estado prosseguiu ao longo do seu discurso, com menções às origens e à ascendência familiar de Castelo Branco que, segundo o orador, era oriundo “de duas famílias, secularmente vinculadas à terra brasileira, por uma longa tradição de patriotismo a que não faltou a fama até o sangue, do martírio das grandes lutas liberais” (RIHGB, 1964: 285). Desse “meio” e do encontro destas duas “almas cívicas” dos seus pais, “cuja imagem haveria de forjar-se o temperamento enérgico do soldado que subiu por merecimento todos os postos da hierarquia” (RIHGB, 1964: 285).

A biografia e a trajetória militar do marechal Castelo Branco, exaltadas e apresentadas como impecáveis por Calmon, pareciam avalizá-lo e legitimá-lo a ocupar o cargo de chefe de Estado. Os elogios pessoais e biográficos de Castelo Branco deslocam-se para concepções políticas do orador acerca do papel desempenhado pelo marechal após o golpe que destituiu João Goulart da presidência da República, ao que Calmon caracterizou como o “reerguimento da pátria”. As “coordenadas” e a avaliação, ainda que *a posteriori* de seu governo, dar-se-iam, nas palavras do orador, pelos seus aspectos biográficos. Ou seja: as qualidades pessoais e a trajetória de Castelo Branco estendem-se para uma postura *a priori* favorável ao seu governo.

O orador ainda descreveria Castelo Branco como um “mestre da tática da Escola Militar e planejador da vitória de Montese”, que teria se inclinado aos estudos históricos como uma “consequência num imperativo do espírito profissional”, sabendo “harmonizar a ciência da Guerra, o pensamento filosófico e as letras educativas, conciliando a arte de dizer, a capacidade de realizar, contando e fazendo a história do Brasil”. A figura do Barão de Caxias é evocada pelo orador pela admiração que a “figura mais empolgante do nosso continente” despertava em ambos e que representava “não apenas a glória militar, mas a honra militar” através “daquela perseverança do cumprimento do dever”, como bem teria descrito Castelo Branco no seu “brilhante” estudo sobre a batalha de Santa Luzia, de 1942, citado pelo orador (RIHGB, 1964: 286).

Depois de toda a exaltação à biografia do chefe de Estado, o orador Pedro Calmon faria questão de ressaltar que “se hoje não o recebesse o Instituto como o seu Presidente, recebê-lo-ia amanhã com um dos seus mais distintos consócios” (RIHGB, 1964: 285). O IHGB faria questão de deixar claro que a nomeação de Castelo Branco à Presidência Honorária do Instituto não se tratava apenas do cumprimento do que estava previsto nos

seus estatutos, mas sim de uma posição favorável da Instituição à indicação e a presença do chefe de Estado no quadro de sócios do Instituto. Para finalizar, Pedro Calmon chancelaria a posse de Castelo Branco à Presidência Honorária do IHGB exaltando o Instituto e a sua história:

Velho a casa que há cento e vinte e seis anos esclarece com ensinamento sábio o pensamento brasileiro, ajudando a sustentar as transformações nacionais com sólidos pilares da tradição. Jamais as descontinuou nesse seu sacerdócio inalterável, constante, vigoroso como costumam ser as lições espirituais a que não seduz o efêmero porque se ilumina do eterno. Senhor Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sendo esta a casa da tradição do Brasil, devo dizer por ela e em seu nome, considere-a Vossa Excelência como sua Casa (RIHGB, 1964: 286).

O discurso, as homenagens e os elogios à biografia de Castelo Branco expressam e condizem com a boa relação estabelecida entre o Instituto e o chefe de Estado, que garantiu o constante repasse de verbas à Instituição durante o seu governo e concedeu a isenção fiscal à nova sede do Instituto (RIHGB, 1966: 186). Como percebe-se, a nomeação do primeiro chefe de Estado da ditadura à Presidência Honorária do Instituto foi muito além de um gesto protocolar ou do mero cumprimento dos estatutos da Instituição, configurando-se em posicionamentos e relações políticas e subjetivas do IHGB com os chefes de Estado do regime ditatorial.

Nas atas que registraram a cerimônia de posse de Castelo Branco está o relato do recebimento do chefe de Estado “à entrada do Silogeu por escolhida comissão de sócios” que o teriam acompanhado ao salão, sendo encaminhado pelo presidente José Carlos de Macedo Soares à cadeira presidencial em “cumprimento do dispositivo estatutário” da Instituição. Compuseram a mesa que “ostentava bela ornamentação de rosas vermelhas”, ministros de Estado e autoridades militares. Castelo Branco “leu de pé, o juramento do bem servir o Instituto”, que constava nos seguintes termos: “de acordo com o Art. 9º, prometo promover quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente os seus Estatutos”, sendo “saudado com palmas pelo auditório”. Conforme o registro da ocasião: “o salão apresentava aspecto altamente festivo. As bancadas dos sócios achavam-se totalmente repletas” (RIHGB, 1964: 313). No encerramento da cerimônia, o orador dirigiu-se ao chefe de Estado para agradecer-lhe e

expressar a “satisfação” do Instituto em ter o chefe da nação presente nos salões do Instituto como Presidente de Honra da entidade:

Manifestar-lhe a satisfação dos sócios do Instituto em tê-lo como seu Presidente de Honra, não só por sua alta posição de Chefe da Nação, como também por méritos pessoais como estudioso da nossa História Militar e Política. As palavras cheias de vigor e repassadas de simpatia pela justiça a ser feita, de futuro, à ação do Presidente Castelo Branco à frente do governo revolucionário, foram vivamente aplaudidas pelo auditório, tendo o homenageado apertado a mão do orador, ao descer este da tribuna. À esta saudação tão amistosa do Instituto respondeu o Marechal Castelo Branco com um belo discurso aqui transcrito (RIHGB, 1964: 314).

Através deste registro da cerimônia, percebe-se claramente uma postura positiva e favorável do Instituto ao chefe de Estado, marechal Castelo Branco. No aspecto subjetivo deste relato, ressalto a denominação político-conceitual usada pela Instituição para definir o regime pós-golpe de Estado de 1964 como “governo revolucionário”. Deduz-se, a partir desta escolha conceitual, que o Instituto também compreendia\denominaria o golpe de Estado que destituiu João Goulart da presidência da República como “Revolução de 1964”.

É necessário fazer a ressalva que, contextualizando historicamente tal declaração, após o golpe, os militares e civis que assumiram o comando do Estado haviam se comprometido a realizar eleições no ano seguinte. No entanto, a denominação do regime ditatorial advindo de um golpe de Estado e deposição de um presidente democraticamente eleito como “governo revolucionário” expressaria uma concepção política bastante clara da Instituição. A escolha da denominação conceitual utilizada pelo Instituto é também uma concepção e um posicionamento político assumido pela Instituição.

Costa e Silva

A cerimônia de posse de Costa e Silva à Presidência Honorária do Instituto ocorreu no mesmo ano em que o general assumiu como chefe de Estado do regime ditatorial, em 1967. A Sessão Solene foi realizada no dia 25 de agosto e, assim como o seu antecessor, Costa e Silva compareceu à sede do Instituto para receber o título (RIHGB, 1967: 175).

Como o Presidente Perpétuo do Instituto, José Carlos de Macedo Soares não pôde comparecer a solenidade por “problemas de saúde” (IBGE, 2016), porque os “seus médicos não lhe permitem, no momento, uma viagem de São Paulo ao Rio de Janeiro”, coube então ao 1º vice-presidente do Instituto, Dr. Rodrigo Octávio Filho, a “honra de saudar” e de empossar o “eminente Chefe de Estado ao cargo de Presidente de Honra deste Instituto”. Segundo o orador, vindo ao Instituto assumir a sua Presidência de Honra, Costa e Silva seguia “o exemplo de todos os seus antecessores, tanto na Monarquia, como na República” (RIHGB, 1967: 175). Esquecia-se o orador, ou omitia aqueles chefes de Estado que não compareceram ao Instituto para assumirem a sua Presidência de Honra, como o caso do presidente João Goulart?⁹

Pedro Calmon iniciou o seu pronunciamento referindo-se ao título de Presidentes Honorários como uma tradição do Instituto em “erigir os chefes de Estado à sua Presidência de Honra”, não se tratando de uma simples “rotina”, mas de uma “chancela respeitosa do Poder espiritual à confiança que deposita a nação no seu mandatário”, pois, segundo Calmon, os “chefes de Estado que o tem presidido aqui não chegaram com títulos usurpados ou precários”, mas representavam “como Vossa Excelência representa”, a “autoridade revestida da mais serena, da mais convincente, da mais duradoura das formas do poder político: a legitimidade” (RIHGB, 1967: 177).

Evidencia-se aqui a concepção e o posicionamento político que Pedro Calmon tinha com relação ao governo de Costa e Silva, tratava-se, para ele, de um governo e de um chefe de Estado “legítimos”. Cabe a contextualização histórica para o questionamento desta afirmação\concepção: em 1967, três anos após o golpe de Estado e o não cumprimento das eleições previstas para o ano de 1965, já decretados os Atos Institucionais nº 2 e nº 3, que previam eleições indiretas para governadores e presidentes da República, cassações e deposições de governantes, recesso no Congresso, extinção dos partidos políticos tradicionais e denúncias de tortura contra opositores políticos, o ministro do Exército, Costa e Silva assume por via indireta a chefia do Estado, através de decreto do presidente Castelo Branco, mesmo assim, Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, e, portanto, falando em

⁹ De acordo com o levantamento nas fontes correspondentes entre os anos de 1961 a 1964, não há indícios ou menções à nomeação de João Goulart à Presidência Honorária do Instituto.

nome da Instituição, considerava e avaliava como legítimo o governo Costa e Silva (REIS, 2014).

O período em que Costa e Silva esteve à frente do comando do Estado ficaria conhecido pelo aumento da repressão e da censura através da sua assinatura e promulgação do Ato Institucional nº 5 que concedia poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de vereadores (municipais), suspender os direitos políticos pelo período de 10 anos de qualquer cidadão brasileiro, cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores, proibir manifestações populares de caráter político, suspender o direito de *habeas corpus* (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular) e impunha a censura prévia nos jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas (BRASIL, 1968). Se a avaliação do caráter legítimo de Costa e Silva como chefe de Estado deu-se a *priori* do seu governo, três anos mais tarde - durante a cerimônia de posse de Médici à Presidência Honorária do Instituto - Pedro Calmon mencionou “o saudoso general Arthur da Costa e Silva” como um “militar irrepreensível” e um “devotado Chefe da Nação”, dando indícios de uma aprovação do general Costa e Silva à frente do comando do Estado (RIHGB, 1970: 313).

Referindo-se aos chefes de Estado que assumiram a Presidência de Honra do Instituto, Pedro Calmon ressaltou que “distinguiram o Instituto com o seu patrocínio” todos os chefes de Estado “que no Governo se sucederam na linha da legalidade constituída”. Aqui, expressa-se claramente mais uma concepção política do orador oficial do Instituto: segundo ele, todos os chefes de Estado que assumiram a Presidência Honorária do Instituto se sucederam “na linha da legalidade constituída”. Calmon parece ignorar, ou mesmo considerar *legais* os chefes de Estado de regimes autoritários que assumiram o comando do Estado mediante golpe ou por vias indiretas, como o caso de Costa e Silva. Não obstante, conforme a sua afirmação, os chefes de Estado que não assumiram a Presidência Honorária do Instituto não estariam dentro da linha da “legalidade constituída”? Calmon esquecia-se que João Goulart não havia tomado posse como Presidente Honorário do Instituto ou não considerava o seu governo como dentro da legalidade constituída?

Calmon segue o seu pronunciamento mencionando a “impressão contraditória” da “brandura e da altivez” que teve do primeiro chefe de Estado que ele presenciou nos

recintos do Instituto, “com seu olhar doce e o seu topete agressivo, a palavra musical e o gesto imperioso” de Epitácio Pessoa (RIHGB, 1967: 178), e o último chefe de Estado recebido “com honra” por Pedro Calmon, em uma cerimônia que contou também com a presença de Costa e Silva, do general Castelo Branco:

O último, coube-me a honra de receber em sessão solene como esta. A seu lado achava-se Vossa Excelência, e como hoje, brilhavam no recinto os bordados do generalato brasileiro, envolvia-o a afeição de seus camaradas, cingia-o, afagava-o, prestigiava-o a estima de um público luzido, e em volta de sua modéstia sem gestos, da sua autoridade sem ênfase, dos serviços de guerra e paz sucintamente lembrados pelo orador oficial – se compôs um círculo efusivo de simpatia, mais veemente à proporção que a sua simplicidade, comunicativa e natural, dele nos aproximava, como, pelo resto da vida, aproximou do instrutor austero e do comandante heroico os comandados e os discípulos... O último presidente honorário do Instituto foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (RIHGB, 1967: 178).

O discurso de exaltação do marechal Castelo Branco e a declaração de que brilhavam no IHGB “os bordados do generalato brasileiro” em plena ditadura civil e militar, traduz-se numa postura positiva e favorável do Instituto com relação aos militares chefes de Estados do regime ditatorial. Os eloquentes elogios feitos ao seu antecessor direcionam-se para o general Costa e Silva e para a exaltação da sua biografia e da sua trajetória militar:

Vem Vossa Excelência, Presidente Arthur da Costa e Silva, da mesma dura escola em que se forjou aquele caráter em que se fez aquela carreira: como o seu antecessor – é Vossa Excelência um soldado que completou a longa parábola de serviço ainda ontem a primeira patente de sua classe, já agora, o primeiro funcionário do seu país. De aspirante a general de exército, o tempo que vai da juventude humilde de cadete – à alvorada de 31 de março foi exaustivamente preenchido pela atividade profissional. Dela não o desviaram as sereias pérfidas, quando o navegante é incauto e cantam elas sobre a versatilidade do mar. Entre o quartel e o estudo, a existência correu-lhe sóbria e trabalhosa, como é na entrosagem progressiva dos cursos que não acabam e das missões que não terminam, a disciplina da existência militar. Subindo de postos, por merecimento que ninguém lhe contestou, nos entusiasmos do rio-grandense sólido, afeito, como os de sua província, à sorte das armas, subia na consideração dos companheiros e se impunha ao apreço público. No Brasil e no estrangeiro, o desempenho impecável dos encargos lhe valeu os créditos, as classificações, os elogios, os prêmios o foram recomendando às incumbências mais árduas e aos comandos mais difíceis, através da

escalada silenciosa que é na corporação o acesso dos postos (RIHGB, 1967: 178).

Assim como Castelo Branco, a biografia de Costa e Silva apresentada por Calmon parece gabaritá-lo a ocupar o cargo de chefe de Estado, sobretudo pelo “merecimento” do general, visto que, “o desempenho impecável dos encargos” que ocupou ao longo da sua trajetória lhe valeram “os créditos, as classificações, os elogios, os prêmios” que o foram “recomendando às incumbências mais árduas e aos comandos mais difíceis”, conseqüentemente, ao comando do Estado do regime ditatorial.

Em meio aos elogios biográficos e da “impecável” trajetória militar de Costa e Silva, chama a atenção para a caracterização do dia 31 de março, data do golpe que destituiu Jango da presidência, como uma “alvorada”¹⁰. Não obstante, a concepção e o posicionamento definitivo do orador oficial do Instituto, com relação ao momento histórico e ao movimento político que destituiu João Goulart da presidência da República, viriam na seqüência de seu pronunciamento:

No pináculo da carreira – naquele ano dramático de 1964 – coube a Vossa Excelência (e repito as eloquentes palavras que ao despedir-se do ministério da guerra lhe dirigiu o eminente General Aurélio da Lira Tavares) coube a Vossa Excelência o grande mérito de haver restabelecido o primado da disciplina e do princípio hierárquico. E foi assim, e está sendo assim, porque não será nunca de outro modo que podemos ver o exército reinvestido no seu verdadeiro papel, inabalavelmente fiel aos princípios da Revolução, como Força Armada obediente, dentro da lei, à autoridade do Poder Civil (RIHGB, 1967: 179).

Novamente, Calmon exalta e defende o caráter legal e legítimo do golpe de Estado de 1964, elogiando o papel desempenhado por Costa e Silva no reestabelecimento da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, em sentido mais amplo, na sua atuação no movimento político que destituiu da presidência da República João Goulart, movimento descrito por Pedro Calmon como uma “revolução”, que atuava, segundo ele, “dentro da lei”. Na seqüência, Calmon confirmou a sua convicção na legalidade do governo Costa e Silva: “hoje o encarna Vossa Excelência, rodeado do mesmo indispensável sentimento de

¹⁰ 1. a primeira claridade, o crepúsculo da manhã. 2. *p.met. aer mar mil* toque de corneta ou banda marcial ao alvorecer, para despertar os soldados nos quartéis ou a guarnição a bordo de navios; toque de alvorada (DICIO, 2016).

coesão e de legalidade que é o apanágio tradicional das classes armadas no Brasil” (RIHGB, 1967: 178). A atuação das forças armadas no movimento político que destituiu da presidência da República João Goulart, também rompeu com a linha da legalidade, visto que Jango foi eleito democraticamente e instaurou no País um regime ditatorial, com cassações e detenções de opositores – para ficar no primeiro momento do golpe – seria para Calmon, “o verdadeiro papel” do exército, “inabalavelmente fiéis aos princípios da Revolução”.

Conforme lembrou Calmon, por um soldado havia sido fundado o Instituto, o marechal Cunha Matos, entre outros “ilustres soldados” que “nesta Casa defenderam com a palavra a pátria que tinham defendido com a espada”. Em nome “das antigas, e grandes gerações” o orador declarava ao chefe de Estado que “a Casa que o recebe é também a dos que, não tendo morrido pela Pátria a quem nada negaram, viveram pela Pátria a quem tudo deram”. Foi assim que a “Academia da Memória, da Tradição” e do “límpido civismo” recebeu em sua Presidência Honorária o chefe de Estado, Costa e Silva. Para Calmon, “nesta hora, mais do que nunca, a Casa do Brasil” (RIHGB, 1967: 180). Em um contexto de fomentação do patriotismo e de exaltação dos símbolos nacionais, utilizados nas políticas educacionais, culturais e em propagandas da ditadura, a afirmação de Pedro Calmon, após o seu pronunciamento, estava em consonância e simetria com o discurso e a narrativa política e ideológica do regime.

O Instituto teve uma relação bastante próxima com o general Costa e Silva, comparecendo inclusive ao velório do general, quando do seu falecimento, em 1969¹¹; não por acaso, foi ele quem assinou o decreto que tornou o Instituto Histórico e Geográfico uma instituição de “utilidade pública”¹² e a quem o Instituto se referiria mais tarde como o seu “inesquecível Presidente de Honra” (RIHGB, 1970: 291).

¹¹ Na ocasião, Pedro Calmon manifestou algumas considerações sobre Costa e Silva: “Fiel cumpridor dos deveres profissionais e cívicos que desempenhou sempre com galhardia, o Marechal Arthur da Costa e Silva tombou fulminado em momento delicadíssimo de sua ação política. Encarnou dignamente o espírito do movimento que transformou politicamente o País em 1964. Os atos fundamentais desse movimento trazem o seu nome, como o maior responsável pelas decisões tomadas em nome das forças armadas. Como chefe da Nação prosseguiu sem desfalecimento na direção que assumira como chefe do comando militar e como Ministro do Exército. As circunstâncias dramáticas em que se encerrou o seu ciclo de governo consternaram a Nação. O Instituto não falhou no cumprimento de seu dever. Pela sua diretoria compareceu ao velório e acompanhou o féretro de seu chefe honorário e benfeitor” (RIHGB, 1970: 292).

¹² Através da lei de Nº 61.251, artigo 1º, sancionada no dia 30 de agosto de 1967 pelo então chefe de Estado, Costa e Silva (RIHGB, 1966:166).

Médici

A cerimônia de posse de Emílio Garrastazu Médici como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocorreu em Sessão Solene realizada no dia 3 de junho de 1970, no mesmo ano em que o general assumiu como o terceiro chefe de Estado do regime ditatorial (RIHGB, 1970: 312). O encarregado pelo pronunciamento por parte do IHGB seria novamente Pedro Calmon, já presidente do Instituto. Coube a ele a saudação e o discurso em homenagem ao chefe de Estado. Como de praxe, Calmon iniciou o seu pronunciamento exaltando a história da Instituição e rememorando “os patriarcas” que há 132 anos haviam fundado o Instituto “para que nele, *ad aeternitatem*, se preservassem as tradições do País” (RIHGB, 1970: 312).

Um símbolo de um “grande feito” a ser rememorado seria, para Calmon, a cerimônia que empossou na Presidência Honorária do Instituto “o saudoso” marechal Arthur da Costa e Silva, em sua definição: um “militar irrepreensível e devotado Chefe da Nação” (RIHGB, 1970: 313). Evocando novamente a figura de Caxias, “modelo dos espadins dos cadetes das Agulhas Negras”, de quem “a liga insolúvel da integridade brasileira” se fez com a sua espada, Calmon adentraria na biografia e na trajetória militar do general Médici: “cadete da Academia Militar de Realengo”, de “cuja turma de 1927 se destacou o moço de Bagé”, recomendado pela sua “indeclinável vocação das armas, para realizar uma das mais belas, e mais nobres carreiras do Exército brasileiro” (RIHGB, 1970: 313). Segundo Calmon, Médici vinha “da mais exposta, da mais histórica, da mais dramática região do País”, a periferia; é nela que “as opções se traçam, a visão global do país emerge purificada por antigos e lendários sacrifícios, os descendentes são contemporâneos dos antepassados”. É na periferia que se delineiam “os trajetos pelos quais rolaram as cavalgatas estrondosas, vadeados pelos esquadrões destemidos, ancas e coxilhas, verdes campos abençoados de paz por onde bravejou a guerra: baluarte ideal da nacionalidade” (RIHGB, 1970: 314). As origens de formação do general Médici prosseguiriam em tons de exaltação e em estilo de prosa poética por Pedro Calmon:

Nessas raízes bajenses deparamos com as influências que lhe marcaram na juventude a sensibilidade irizada do romantismo – na idade em que os recrutas carregam na mochila (como os *grognards* de Bonaparte) o bastão de marechal: a influência cívica de Gaspar Martins, a influência militar de ínclito Osório. Dirá V. Exa. nas confissões da autobiografia (gênero literário que transfere aos estadistas o encargo dos historiadores, quando se dispõe, menos do que abrir o arquivo, a abrir o coração) se, como imagino, a sugestão do Bayard brasileiro o engajou na cavalaria e a lição do tribuno dos pampas o arredou da política. O fato é que se deixou absorver pela profissão. Na trilha do Patrono. Cavaleiro na acepção melhor da palavra, ou seja, conforme a ética, o sentido e o vigor da arma, a cuja transformação assistimos na época presente – em que a gloriosa tempestade das cargas se esvaiu nos ecos da literatura, sem que a mecanização lhe matasse a alma, essa rija alma de cavaleiro que fazia de cada soldado um esboço de Condestável... A sua vida é um exemplo de dedicação exclusiva ao exército e ao País (RIHGB, 1970: 314).

Neste momento do pronunciamento, Pedro Calmon chega ao período da biografia em que Mé dici assume como chefe de Estado do regime ditatorial, deixando-se evidenciar uma postura positiva e favorável à ascensão do general ao comando do Estado. Para Calmon, os méritos pessoais e biográficos do general Mé dici legitimavam-no ao comando do Estado. Uma “das mais belas, e mais nobres carreiras do Exército brasileiro” e um “exemplo de dedicação exclusiva ao exército e ao País”, conseqüentemente avalizavam o general Mé dici a ocupar o cargo de chefe do Estado:

Surpreendeu-o a escolha para dirigir a Nação quando comandava V. Exa. o terceiro exército, naquele quartel-general de Porto Alegre, que se honra de possuir, e isso agradecemos a V. Exa., a mais valiosa coleção de retrato dos chefes militares do Brasil. Recebeu-a como uma convocação. Nome indicado para assumir em tão delicadas circunstâncias a presidência da República, abonou-o, antes de tudo, a confiança que inspirava. Quem serve mais de 40 anos a pátria sem dela se servir; quem se mantém fiel aos compromissos da mocidade e cada dia os confirma, no silêncio, na correção, no dever; quem merece de sua classe, de sua terra, de sua gente, a alta consideração que desfruta; quem fez do destino sem ambição uma trajetória limpidamente coerente, apresentando como título, à esperança depositada no seu descortino, os antecedentes de honrado patriotismo, podia governar o Brasil – voltado para os interesses, para a premências, para os anseios do Povo (RIHGB, 1970: 314).

A escolha do general Mé dici para ocupar o cargo máximo de chefe de Estado durante o regime ditatorial parece dar-se, de acordo com a narrativa apresentada pelo orador, unicamente por benemérito e pela biografia do general Mé dici, visto que, a sua

escolha teria sido abonada, antes de tudo pela “confiança que inspirava” ignorando a conjuntura e os inúmeros fatores, relações e articulações que envolveram a sucessão no comando do regime ditatorial. Haveria de se perguntar quem havia abonado o nome do general Médici para o comando do Estado, alçado ao cargo por via indireta, que não através do devido processo democrático. Nas palavras de Calmon, “somente quem serve mais de 40 anos a pátria sem dela se servir”, quem “se mantém fiel aos compromissos da mocidade e cada dia os confirma, no silêncio, na correção, no dever; quem merece de sua classe, de sua terra, de sua gente, a alta consideração que desfruta”, quem “fez do destino sem ambição uma trajetória limpidamente coerente, apresentando como título, à esperança depositada no seu descortino, os antecedentes de honrado patriotismo”, é que poderia (e teria legitimidade) para “governar o Brasil”. A trajetória do general Médici inexoravelmente o gabaritava a ocupar o posto de chefe da nação (RIHGB, 1970: 314).

Calmon faria questão de dizer a Médici em nome do Instituto, que caso não tomasse posse como seu Presidente Honorário, “já deveria estar o general Emílio Médici na categoria dos sócios honorários” do Instituto, pela “iniciativa que adotou, de criar em honra de grandes vultos da nacionalidade os parques históricos”, dentre eles a casa natal e o sítio de infância do General Osório (RIHGB, 1970: 315). Mais uma vez, o Instituto faria questão de ressaltar que os chefes de Estado não estavam ingressando na Instituição apenas pelo cargo que ocupavam e pelo cumprimento dos seus estatutos, mas também devido à contribuição que os mesmos haviam dado ao campo da História: Costa e Silva, pelos seus “estudos históricos” e Médici, pela criação dos “parques históricos”, tinham o devido merecimento de estarem ingressando no Instituto.

Calmon mencionaria similaridades no aspecto histórico, entre o Instituto e o chefe de Estado que, conforme o orador, “no culto a tradição viu argutamente os fundamentos reais da educação cívica”, resultando no “encontro” entre o general Médici e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que teriam olhado “ombro a ombro as mesmas perspectivas – em que a grandeza nacional se delineia no seu perfil iluminado de velhas epopeias e triunfos desejados” (RIHGB, 1970: 315).

Antes de finalizar o pronunciamento, Pedro Calmon faria questão de dizer ao chefe de Estado que “o Instituto queria mais do que um Presidente de Honra”, pretendiam que “esta casa mais do que centenária, seja um pouco sua”; não lhe pediam “apenas a bondade

de prestigia-la com o cobiçado patrocínio”, mas requereriam “a sua assistência, os seus conselhos, a sua participação, a sua possível assiduidade, sempre que puder dispensar-lhe alguns momentos da agenda repleta” (RIHGB, 1970: 315).

Nesse trecho do pronunciamento, verificamos como a nomeação dos chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto funcionava também como um modo de aproximar os chefes de Estado da Instituição e com isso comprometê-los com o repasse dos recursos financeiros estatais necessários para o funcionamento da Instituição, em sentido literal, do “cobiçado patrocínio”. Para o encerramento do pronunciamento, o Instituto agradeceria a presença do chefe de Estado por ter vindo “empossar-se” na Presidência de Honra do Instituto, assim como fizeram “os Chefes da Nação por ele distinguidos em eleição semelhantes” (RIHGB, 1970: 315).

A boa relação do Instituto com o chefe de Estado, o general Médici, que além de Presidente de Honra do Instituto, foi o grande responsável pela construção da nova sede do IHGB¹³, e a isto, o Instituto seria eternamente grato a Médici, não por acaso, o Instituto declarara estar vivendo um “momento histórico glorioso” - no auge do regime ditatorial e da repressão em nosso país (RIHGB, 1973: 123).

Ernesto Geisel

O chefe de Estado Ernesto Geisel compareceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para assumir a sua Presidência Honorária somente três anos após assumir como chefe de Estado.

Ao contrário dos seus antecessores, que compareceram ao Instituto no mesmo ano em que assumiram a chefia do Estado e foram empossados em Sessões Solenes, com

¹³ Embora o processo de construção da nova sede do Instituto seja anterior a este período, foi o general Médici quem fez o repasse definitivo para a conclusão da nova sede do Instituto. O agradecimento e o convite da Instituição para a inauguração da nova sede estão registrados em um “telegrama histórico” enviado pelo presidente do Instituto Pedro Calmon ao chefe de Estado: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na primeira Assembleia depois audiência por Vossa excelência concedida à Diretoria vem apresentar a Vossa Excelência, Presidente de Honra da nossa venerada Casa, sinceros agradecimentos pela generosa acolhida e solução dada à aspiração do Instituto de concluir as obras do edifício para suas preciosas coleções e atividades cívicas com esperança patriótica possam ser inauguradas por Vossa Excelência em 7 de setembro de 1972 sesquicentenário da Independência. Atenciosas homenagens Pedro Calmon (RIHGB, 1970: 215). A nova sede do Instituto foi inaugurada no dia 5 de setembro de 1972 pelo então chefe de Estado Emílio Garrastazu Médici. O Instituto encontra-se atualmente em atividade nesta mesma sede, inaugurada em 1972.

cerimônias e com pronunciamentos da Instituição e dos chefes de Estado, Ernesto Geisel, o penúltimo chefe de Estado do regime ditatorial tomou posse como Presidente de Honra do IHGB durante uma “rápida visita” ao Instituto, sem maiores protocolos ou pronunciamentos por parte dos representantes do Instituto ou do chefe de Estado que, na ocasião, pronunciou “breves palavras”. A visita do chefe de Estado na sede do Instituto ocorreu no dia 13 de dezembro de 1977 e foi noticiada nas páginas da Revista do Instituto (RIHGB, 1977: 245).

Geisel compareceu ao Instituto durante uma visita que fazia ao estado do Rio de Janeiro, após ter assistido na Escola Naval as solenidades de declaração de novos guardas-marinha e da entrega de condecorações da Ordem do Mérito Naval a personalidades civis e militares, chegando ao Instituto acompanhado do seu ministro Chefe da Casa Militar, general Hugo de Andrade Abreu e pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, almirante Floriano Peixoto Faria Lima (RIHGB, 1977: 245).

Em sua chegada ao edifício do Instituto, que já contava com uma nova sede, devido à ajuda do general Médici, Ernesto Geisel foi recebido pelo presidente do IHGB, Pedro Calmon, pelo 1º vice-presidente, Américo Jacobino Lacombe, pelo 3º vice-presidente, Antônio Camilo de Oliveira, pelo 1º secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e pelo 2º secretário, Fernando Monteiro. Após a recepção e a troca de “cumprimentos e apresentações”, Geisel foi conduzido pela diretoria ao 10º pavimento do edifício, aonde se encontravam os sócios do Instituto “em número apreciável”, à espera do chefe de Estado. Segundo consta no registro da visita, o “Presidente da República apertou a mão de todos e conversou, ligeiramente, com alguns que já eram seus velhos conhecidos”, dentre eles podemos citar - embora a sua presença não esteja registrada na ata do evento, mas apenas em um registro fotográfico da visita - do general Lira Tavares, sócio do Instituto e nome importante do regime ditatorial, que com a junta governativa havia assumido o comando do Estado até a posse do general Médici (RIHGB, 1977: 245).

Na sala Teresa Cristina, onde se achava parte da biblioteca particular de Dom Pedro II, o chefe de Estado “aproximou-se da grande mesa de carvalho” e, “convidado a sentar-se, assinou o termo de sua posse como Presidente Honorário do IHGB”. O general havia sido “eleito por unanimidade” em Assembleia Geral realizada no dia 17 de julho de 1974 (RIHGB, 1977: 245). A seguir, o presidente Pedro Calmon “passou-lhe as mãos o

diploma”, explicando-lhe ser “de igual modelo e disposição gráfica do diploma assinado em 1847 pelo presidente do IHGB, Candido José de Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí”, quando conferiu o título de sócio do Instituto ao então Conde de Caxias. O diploma de Caxias, doado ao Instituto após a sua morte, foi “examinado pelo Presidente Geisel” (RIHGB, 1977: 246).

Além da documentação referente ao período imperial, estavam também sobre a mesa o arquivo do general Osório e o do então presidente Eptácio da Silva Pessoa, “sob cujo governo o Brasil comemorou a passagem do 1º centenário de sua independência política”. (RIHGB, 1977: 246). Como mostra da “não menos rica biblioteca do IHGB”, foi dado a Geisel para examinar um exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas*, que pertenceu ao próprio Luís de Camões, “trazendo a assinatura autografada do poeta”. Este livro, pelo qual Dom Pedro II tinha “especial carinho”, teria sido segundo Calmon, “o único livro que o Imperador fez questão de levar para o exílio”. O presidente Calmon esclareceu ao chefe de Estado que, mostrava-se “deveras interessado por tudo que lhe era dado observar”, que “tais papéis representavam uma pequena amostra do imenso e valiosíssimo acervo de documentos arquivados no IHGB, em número de cerca de meio milhão de peças” (RIHGB, 1977: 246).

Antes de deixar a sala, o chefe de Estado, “no único pronunciamento que fez durante os cinco dias de sua movimentada permanência na cidade do Rio de Janeiro”, dirigiu-se à Diretoria e aos demais sócios do Instituto e, de “improviso”, realizou um pequeno pronunciamento demonstrando o reconhecimento ao Instituto e falando sobre a importância da História e da preservação dos documentos históricos para a posteridade:

Bem sei o que esta Casa representa e tive grande prazer de vir hoje até aqui. Dou muita importância aos documentos históricos e preocupo-me sobremaneira em que sejam eles bem resguardados para o uso das futuras gerações. A História vale como preservação da nacionalidade e como mestra das instituições (RIHGB, 1977: 246, 251).

Posteriormente, o chefe de Estado manifestou a sua instrução dada ao Ministério da Educação e Cultura para que “procure publicar livros importantes de nossa história” solicitando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, “na oportunidade muito grata de sua visita”, indicasse as obras “que a seu juízo mereçam ser reeditadas”. As “singelas

palavras” pronunciadas por Geisel foram “aplaudidas por muitas palmas” pelo plenário, “tal a espontânea e louvável promessa de reedição de obras históricas” (RIHGB, 1977: 251).

Prosseguindo a visita nas instalações do Instituto, “sempre atento e interessado” e “paciente em ouvir as explicações”, o chefe de Estado adentrou na Sala Pública de leitura, consulta e pesquisa do Instituto, onde “cumprimentou e conversou com as funcionárias e consulentes”. Nesta mesma sala “examinou com interesse” a galeria de retratos dos chefes de Estado Presidentes de Honra do Instituto, “de D. João VI a Ernesto Geisel” (RIHGB, 1977: 251). Depois de ter permanecido no Instituto “bem mais do dobro do tempo em que estava previsto em sua agenda”, o chefe de Estado se retirou “visivelmente satisfeito com a visita”, tendo sido acompanhado até a saída pelo presidente Calmon e demais membros da Diretoria do IHGB (RIHGB, 1977: 252).

Embora o chefe de Estado tenha demonstrado certo reconhecimento à Instituição comparecendo a sua sede e assinando o termo de posse como Presidente de Honra da Instituição, a sua breve visita ao Instituto - em comparação às Sessões Solenes em que tomaram posse seus antecessores, bem como os pronunciamentos de exaltação e de comprometimento com o Instituto dos chefes de Estado anteriores - podem indicar um menor prestígio do Instituto diante de Ernesto Geisel; afirmação esta que parece mais provável se analisarmos que durante o seu governo os valores repassados ao IHGB diminuíram drasticamente em relação aos outros chefes de Estado do regime ditatorial (RIHGB, 1976: 282).

Figueiredo

Conforme comunicado em nota pelo Instituto, em cumprimento do Art. 4º dos seus estatutos, foi eleito Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, João Batista de Oliveira Figueiredo, último chefe de Estado da ditadura no Brasil. A votação, realizada em Assembleia Geral no dia 12 de setembro de 1979, sufragou o seu nome que “orçou pela unanimidade e foi aclamado com palmas pela Assembleia composta por elevado número de sócios”. O Instituto aguardaria a “honrosa visita de sua Excelência” (RIHGB, 1979: 199).

A cerimônia de posse de Figueiredo como Presidente de Honra do Instituto, ocorreu em Sessão Solene presidida por Pedro Calmon no dia 15 de novembro de 1979, por coincidência, na efeméride do nonagésimo aniversário da proclamação da República. Além dos pronunciamentos do Instituto e do chefe de Estado, as atas da cerimônia descreveriam também a visita do chefe de Estado nas instalações do Instituto (RIHGB, 1979: 199).

Após ter visitado as principais dependências do Instituto, Figueiredo, acompanhado da diretoria do Instituto, deu entrada no Salão de Honra onde foi “aplaudido de pé, calorosamente” pelos membros do Instituto e por numerosos convidados que aguardavam a sua chegada. Presidindo a sessão, Pedro Calmon convidou para compor a mesa, além do chefe de Estado, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas, o presidente do Senado Federal, Dr. Luis Viana Filho, o ministro da Marinha Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, o ministro da Educação e Cultura, Dr. Eduardo Mattos Portella e o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles (RIHGB, 1979: 249). Diferentemente da ocasião em que o seu antecessor Ernesto Geisel, a cerimônia de posse do general Figueiredo foi de muita pompa e contou com a presença de inúmeras autoridades de Estado.

Conforme previsto na programação oficial da cerimônia, inicialmente o chefe de Estado assinou o protocolo para o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação para a Cidadania, o PRONEC. Após ler a súmula das principais efemérides, o 1º secretário do Instituto, Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa leu o termo de posse de João Batista de Oliveira Figueiredo como Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, termo assinado pelo presidente do IHGB, Pedro Calmon e pelo novo Presidente de Honra do Instituto, que recebeu “das mãos do Presidente do IHGB” o diploma e o “colar privativo” dos membros da Casa, ao que, logo passou a usá-lo, “sob aplausos da assistência”. Posteriormente ao protocolo de posse, o presidente do Instituto, Pedro Calmon, pronunciou “de improviso”, um “eloquente discurso” saudando o chefe de Estado, João Batista Figueiredo (RIHGB, 1979: 250).

Após rememorar o contexto de fundação do Instituto, o orador mencionou o título de Presidentes Honorários da Instituição previsto em seus estatutos desde a fundação do Instituto bem como o objetivo e a razão de sua concessão aos chefes de Estado:

Determina os nossos Estatutos que caiba ao Presidente da República o supremo título – de Presidente de Honra. Em sessão magna, conferiu-o o Instituto à grande maioria dos que honradamente a governaram. Não reluziu nessa cerimonia sentimento diferente – da distinção e da afabilidade. É como se renovássemos os votos feitos no início, ainda na Regência, a seu chefe, Araújo Lima, ministro inexcusável, Bernardo de Vasconcelos. Para que o Estado nos trouxesse, representado pelo seu alto dirigente, o interesse e as aspirações; e neste conagraçamento, da História e da Autoridade, palpássemos, visível e nobre, a união dos espíritos, a aliança das intenções, a liga áurea da palavra e do Poder, a bem, por força, da perenidade do País (RIHGB, 1979: 253).

Segundo Calmon, o título de Presidentes Honorários havia sido concedido “à grande maioria” dos chefes de Estado que “honradamente governaram” o país. Deduz-se, a partir desta afirmação que, Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel que receberam o título de Presidentes Honorários do Instituto também haviam governado “honradamente” o país. Mais uma vez, Calmon emite opiniões e posicionamentos políticos com relação aos chefes de Estado anteriores em nome do Instituto.

Comprova-se novamente que o título de Presidentes Honorários funcionava como um meio de aproximação entre a Instituição e o Estado, aliás, havia sido assim ao longo de toda a história do Instituto. O “conagraçamento da História e da autoridade”, a “aliança das intenções”, a “liga áurea da palavra e do poder”, sintetizavam em prosa poética a intenção e a vontade do Instituto em manter-se próximo do Estado. Para o Instituto, que historicamente declarou manter-se distante da política, a afirmação de Calmon vai em direção contrária do distanciamento político da Instituição:

Vossa Excelência, Senhor Presidente, assume agora a presidência patriótica do Instituto. E é recebido com os aplausos e a simpatia que desde criança lhe encorajam a escalada. Diviso, na doce penumbra em que se ocultam os auspícios mais presentes, a figura excelsa de seu Pai – o general Euclides de Figueiredo, cujo testemunho cívico lhe constitui hoje o compromisso com o que há de sólido e duradouro na vida nacional; e revejo, na sua fé de ofício, primoroso servidor do Brasil, os galardões que nos asseguram a realização das promessas e dos projetos – sejam quais forem as dificuldades circundantes. Saudamos em Vossa Excelência um lúcido condutor de destinos (RIHGB, 1979: 253).

Novamente, Pedro Calmon exalta a biografia do chefe de Estado homenageado, como se a trajetória de Figueiredo justificasse e legitimasse a sua ascensão ao cargo

máximo de chefe de Estado, haja vista que o general Figueiredo tinha um “compromisso” com “o que havia de sólido e duradouro na vida nacional”; um “primoroso servidor do Brasil” ocuparia por merecimento a chefia do Estado. A definição do orador Pedro Calmon de Figueiredo como “um lúcido condutor de destinos” revela e configura-se em uma postura política favorável do Instituto com relação ao último chefe de Estado do regime ditatorial e ao seu governo.

Para finalizar o seu pronunciamento, Calmon pediria ao chefe de Estado para sentar-se na cadeira presidencial que “mais de uma dezena de chefes de Estado ocupou neste recinto acadêmico” e que “guia-se os trabalhos (do Instituto) – como orienta e dirige a Nação”: “amando-a – para governar com bondade; orientando-a – para administrar com sabedoria; engrandecendo-a – para fazer mais feliz o povo brasileiro” (RIHGB, 1979: 253).

Considerações Finais

A relação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o Estado vem desde a sua fundação, sob a proteção do Imperador Dom Pedro II, passando pela República, onde a maioria dos chefes de Estado republicanos compareceram ao Instituto para tomarem posse como seus Presidentes Honorários. Durante a ditadura civil militar (1964-1985), o IHGB manteria uma relação institucional e política com os seus chefes Estado, sobretudo através do título de Presidentes Honorários da Instituição.

A indicação destes chefes de Estado à Presidência Honorária do Instituto não se tratou apenas do cumprimento do que estava previsto em seus estatutos, visto que, com a reforma dos estatutos de 1965, a nomeação dos Presidentes Honorários do Instituto exigia a aprovação majoritária dos seus sócios mediante processo de votação. Portanto, com a exceção do marechal Castelo Branco, anterior à reforma, todos os demais chefes do regime ditatorial foram deliberadamente aprovados pelos sócios do Instituto como seus Presidentes Honorários, alguns inclusive, aprovados por unanimidade do plenário. Ademais, frequentemente nos pronunciamentos do Instituto nas cerimônias de posse dos chefes de Estado, o orador oficial do IHGB fazia questão de ressaltar que a nomeação era uma decisão voluntária do Instituto e não apenas o cumprimento de um protocolo.

O caráter festivo dessas cerimônias também é um elemento subjetivo que simboliza uma atitude positiva do Instituto diante desses chefes de Estado, se levarmos em conta que os mesmos estavam no comando de um regime ditatorial. A declaração de que “brilhavam no recinto os bordados do generalato brasileiro” (RIHGB, 1967: 178) durante uma ditadura em que militares ocupavam a chefia do Estado é bastante indicativa quanto à postura do IHGB diante do regime.

Verifica-se assim que, além da relação institucional estabelecida mediante o título, os pronunciamentos dos membros do Instituto nas ocasiões das cerimônias de posses dos chefes de Estado da ditadura expuseram concepções e posicionamentos políticos expressados e assumidos em nome do Instituto com relação a esses chefes de Estado, ao regime ditatorial e ao papel das forças armadas no movimento que destituiu o presidente João Goulart.

Em todos os pronunciamentos feitos por seu orador oficial, Pedro Calmon, o qual expressou a opinião oficial do Instituto, foram tecidos elogios às biografias e às trajetórias militares dos chefes de Estado, como se as mesmas, apresentadas como “impecáveis”, subjetivamente os gabaritassem e os legitimassem a ocuparem o cargo máximo de chefes de Estado. De acordo com estas narrativas, pode-se deduzir que os militares chegaram ao comando do Estado unicamente por suas “brilhantes” trajetórias e por benemérito, e não através de um amplo movimento com elementos e interesses políticos e econômicos, e que se sucedeu do alto comando das forças armadas, após a deposição de João Goulart, a chefia do Estado de maneira autoritária.

Ao afirmar que Costa e Silva, assim como o seu antecessor Castelo Branco, encontravam-se na “linha da legalidade constituída”, o Instituto assumia um posicionamento político bastante objetivo com relação ao regime ditatorial instaurado no país com o golpe de Estado de 1964: tratava-se, sobretudo de um regime inserido dentro da ordem legal, amparado na lei, daí a afirmação de que os chefes de Estado que tem presidido o país não chegaram – no Instituto – com títulos usurpados ou precários” (RIHGB, 1967: 177). O Instituto considerava abertamente legítimos os chefes de Estado do regime ditatorial e o próprio regime instaurado com a deposição do presidente João Goulart. Ao considerá-los legítimos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contribuía para a

legitimação destes chefes de Estado e do regime ditatorial o qual representavam diante da sociedade.

Para o Instituto, Costa e Silva “encarnava o sentimento de coesão e de legalidade que é o apanágio tradicional das classes armadas no Brasil” (RIHGB, 1967: 178), sendo o responsável por haver “restabelecido o primado da disciplina e do princípio hierárquico” (RIHGB, 1967: 179). Definitivamente o Instituto considerava legal todo o processo de intervenção e de deposição do presidente João Goulart. Ou seja, as forças armadas não estavam rompendo com “a linha da legalidade”, mas mantendo-a ao intervirem para a deposição de Jango; este seria “o exército reinvestido no seu verdadeiro papel”, “fiel aos princípios da Revolução” (RIHGB, 1967: 179), lembrando que o Instituto já havia feito a afirmação de que Castelo Branco havia comandado “o reerguimento da pátria” (RIHGB, 1964: 284) após a deposição de João Goulart.

O orador oficial ou o presidente do Instituto sempre se referem aos chefes de Estado como “Presidentes da República”, legitimando-os, como se os generais tivessem chegado a chefia do Estado mediante o devido processo democrático, e não por vias indiretas. A denominação para designar o golpe de Estado como “governo revolucionário” também revela o posicionamento político do Instituto com relação ao movimento que destituiu João Goulart da presidência da República. A denominação política e conceitual utilizada pelo Instituto é também uma escolha e um posicionamento político.

Para além das opiniões emitidas nos pronunciamentos dos membros do Instituto, é necessário analisar também os “silêncios” presentes nestes discursos, com relação ao que ocorria ao “lado de fora” da Instituição. Após um golpe de Estado que destituiu o presidente da República, o regime ditatorial instaurado, promulgando atos Institucionais, cerceou o estado democrático de direito, aboliu o devido processo democrático e impôs eleições indiretas para governadores e presidentes da República, decretou recesso no Congresso, cassou opositores políticos, restringiu liberdades individuais, de manifestação e de organização política, suspendeu o *habeas corpus*, impôs a censura, perseguiu, praticou a tortura e o desaparecimento de opositores do regime; mesmo assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro exaltava e defendia a legalidade e a legitimidade desses chefes de Estado e do regime ditatorial.

Todas essas concepções e opiniões políticas expressadas em nome do Instituto configuram uma relação política e revelam uma postura favorável do Instituto com relação aos chefes de Estado e ao próprio regime, comprovando a hipótese sugerida ao longo desse estudo de que, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de estabelecer uma estreita e orgânica relação com o Estado durante a vigência do regime ditatorial, assumiu um posicionamento político favorável ao golpe, aos chefes de Estado e à própria ditadura civil militar.

Reconhecer que setores, entidades, empresas e indivíduos apoiaram o golpe de 1964 e colaboraram com a legitimação do regime não significa “anistiar” os militares, mas buscar compreender as complexas relações estabelecidas entre a sociedade civil e o estado durante a ditadura, a partir da percepção dos regimes autoritários enquanto produtos sociais, o que possibilita a constatação da existência de uma cultura autoritária historicamente presente nos diferentes estratos da sociedade brasileira.

Essa compreensão é fundamental para o avanço das pesquisas sobre o golpe e a ditadura no âmbito acadêmico. Sem dúvidas o distanciamento do pesquisador, e mesmo um recuo temporal proporcionaram a historiografia um olhar analítico mais objetivo sobre questões relacionadas aquele período, no entanto, faz-se necessário ressaltar, de forma alguma a busca de objetividade nos estudos relativos à ditadura traduz-se em indiferença aos atos de barbárie cometidos naquele período, ao contrário, ao identificarmos os sujeitos, as organizações e entidades que apoiaram e legitimaram o regime autoritário abrimos a possibilidade de trabalharmos a história e a memória na construção de valores democráticos em toda a sociedade - e quiçá superar nossa cultura autoritária.

Referências

Fontes

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **RIHGB**. Disponível em <<https://ihgb.org.br/pesquisa.html>>. Acesso em: 2016-2017.

Bibliográficas

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 05 out. 2016.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40: 59-82, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2016.

DICIO - Dicionário on line de Português. *Significado de Alvorada*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/alvorada>>. Acesso em: 19 out. 2016.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. *A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889)*. 2010. 335 f. Dissertação (mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000474966>>. Acesso em 02 ago. 2016.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 47, p.29-60, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *José Carlos de Macedo Soares*. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/jose-carlos-de-macedo-soares.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

IHGB - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Fundação do Instituto*. 2016 a. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/historico/fundacao-instituto.html>>. Acesso em: 2016.

_____ - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Presidente Honorários*. 2016 c. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-honor%C3%A1rios.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____ - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Presidentes de Honra, Uma Galeria Ilustre*. 2015. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/noticiario/259-numero-237.html>>. Acesso em: 2016.

_____ - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Sócio Fundadores*. 2016 b. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 2016b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. São Paulo: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *A vida política: Modernização, ditadura e democracia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ROLLEMBERG, Denise.; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs) *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Recebido em: 24 de maio de 2017

Aceito em: 05 de setembro de 2017